

NÓBREGA, OS INDÍGENAS DO BRASIL E A ESCOLA DE SALAMANCA¹

NÓBREGA, THE INDIGENOUS PEOPLES OF BRAZIL AND THE SCHOOL OF SALAMANCA

Paulo Roberto Pereira
Universidade Federal Fluminense

Resumo

O artigo trata da influência do pensamento dos autores da Escola de Salamanca –os dominicanos Francisco de Vitória (1483-1546), Domingo de Soto (1494-1560), Melchor Cano (1509-1560), Martín de Azpilcueta Navarro (1492-1586)– sobre as atividades do jesuíta Manuel da Nóbrega (1517-1570) com os indígenas no Brasil quinhentista. Manuel da Nóbrega combateu a escravização dos nativos do Brasil baseada na teoria aristotélica da escravidão natural, apoiando-se na controvérsia entre Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda. Nóbrega escreveu um texto literário em defesa dos direitos dos indígenas brasileiros: *O Diálogo sobre a conversão do gentio*. Por fim, Manuel da Nóbrega escreveu o principal documento jurídico contra a escravização do indígena brasileiro: *O Caso da Mesa da Consciência*.

Palavras-chave

Escola de Salamanca; Francisco de Vitória; Manuel da Nóbrega; escravização dos indígenas; controvérsia entre Las Casas e Sepúlveda

Abstract

The article discusses the influence of the thought of the authors of the School of Salamanca—the Dominicans Francisco de Vitoria (1483-1546), Domingo de Soto (1494-1560), Melchor Cano (1509-1560), and Martín de Azpilcueta Navarro (1492-1586)—on the activities of the Jesuit Manuel da Nóbrega (1517-1570) with the indigenous people in 16th-century Brazil. Manuel da Nóbrega fought against the enslavement of native Brazilians based on the Aristotelian theory of natural slavery, drawing on the controversy between Bartolomé de Las Casas and Juan Ginés de Sepúlveda. Nóbrega wrote a literary

¹ Agradeço à professora María Martín Gómez.

text defending the rights of Brazilian indigenous people: *The Dialogue on the Conversion of the Gentiles*. Finally, Manuel da Nóbrega wrote the main legal document against the enslavement of Brazilian indigenous people: *The Case of the Table of Conscience*.

Keywords

School of Salamanca; Francisco de Vitoria; Manuel da Nóbrega; Indigenous Slavery; Controversy between Las Casas and Sepúlveda.

1. Manuel da Nóbrega e a Escola de Salamanca

A Escola de Salamanca é, dentro do movimento renascentista espanhol, uma corrente filosófica da Escolástica hispânica do século XVI. O seu líder foi o catedrático de Teologia da Universidade de Salamanca, o dominicano Francisco de Vitória (1483-1546), incluindo, entre seus pensadores, Domingo de Soto (1494-1560), Melchor Cano (1509-1560) e Martín de Azpilcueta Navarro (1492-1586), conhecido como Doutor Navarro. A Escola de Salamanca propôs novas bases para a jurisprudência internacional, a defesa da autoridade da Sagrada Escritura contra o livre exame, inovadoras doutrinas econômicas, a luta pelos direitos humanos dos povos originários americanos, em que se procura conciliar os ideais humanísticos do Renascimento com o pensamento Escolástico de herança medieval. A definição de Escola de Salamanca e sua aceitação entre os estudiosos do legado de Francisco de Vitória causaram, no entanto, bastante polêmica, conforme demonstra María Martín Gómez no seu exaustivo estudo.²

Entre as polêmicas em que os filósofos salmantinos estiveram envolvidos encontra-se a questão da tradução da Bíblia do latim para o romance ou língua vernácula, no caso o castelhano. É que para Francisco de Vitoria e seus seguidores a leitura da Bíblia necessitava de grande conhecimento que os leitores comuns não possuíam e, por isso, se opunham à modernização propugnada por Erasmo de Roterdã e por Martinho Lutero, que defendiam o uso das línguas nacionais para a leitura dos textos sagrados do cristianismo. Não custa recordar que o ano de 1492 é uma data simbólica para a Espanha pelo fim da reconquista empreendida pelos reis católicos, pela expulsão dos judeus, pela descoberta da América por Cristóvão Colombo e pela publicação da *Gramática Castellana* de Antonio de Nebrija³ que tinha como premissa: “La lengua compañera del império”, que serviram, segundo Eugenio Asensio, “para definir as ambições culturais da expansão espanhola”.⁴

² María Martín Gómez, “Sobre el uso y origen del concepto ‘Escuela de Salamanca’”, *Scripta Theologica* 55 (2023): 67-97, especialmente 67-70.

³ Antonio de Nebrija, *Gramática castellana. Texto establecido sobre a edição princeps*, introd. e notas de Pascual Galindo Romeo e Luis Ortiz Muñoz (Madrid: Junta del Centenario, 1946).

⁴ Eugenio Asensio, *Estudios portugueses* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974), 1: “Para definir las ambiciones culturales de la expansión española”.

Assim, na Espanha o espírito humanista da Renascença estimulou a difusão de vasta literatura escrita em vernáculo que atingiu seu apogeu com a publicação de *Don Quijote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, em duas partes, em 1605 e 1615.⁵

Os juízos tradicionalistas contra o uso da língua nacional nos textos bíblicos estimularam a ação da Inquisição espanhola contra os intelectuais mais propensos às ideias humanistas. Talvez, devido à peculiaridade da Reconquista contra os mouros ter como bandeira a unidade territorial cristã, os dois países ibéricos –Espanha e Portugal– trataram a questão da fé religiosa, que fugia ao controle da autoridade eclesiástica, utilizando o braço da Inquisição quando as novidades aproximavam-se da heresia. Assim, a Escola de Salamanca tornou-se a principal corrente do pensamento da Contrarreforma na Espanha ao se opor a algumas propostas dos humanistas de tendência modernizadora influenciadas particularmente por Erasmo. Mas, ao lado desse viés tradicional, os pensadores da Escola de Salamanca forjaram na Renascença um pensamento humanista que os situavam entre os mais avançados defensores dos direitos dos povos nativos da América.

Vitória elabora um discurso neoescolástico, próprio para o seu tempo, legitimando a formação das nações modernas e, ao mesmo tempo, subordinando-as ao universalismo católico. No caso dos nativos, os consideram livres e soberanos, e, ao mesmo tempo, estabelece os parâmetros de legitimação para a conquista. O nativo seria um ser racional, integrado a humanidade e passível de inserção no cristianismo romano.⁶

Nas primeiras décadas do século XVI, com o descobrimento, conquista e colonização da América, Francisco de Vitoria e outros membros da Escola de Salamanca exerceram profunda influência nos domínios espanhol e português, particularmente pelo trabalho missionário de Bartolomé de Las Casas (1484-1566), na América Espanhola, e de Manuel da Nóbrega (1517-1570), na América Portuguesa, que, como homens de ação, estiveram na linha de frente de missões evangélicas na defesa intransigente dos indígenas americanos, seguindo os passos de frei Antón de Montesinos, um antigo aluno dos dominicanos de Salamanca que viera missionar na América. Assim, os escritos de Las Casas e de Nóbrega refletem as lições dos seus mestres da Universidade de Salamanca que defendiam, à luz do direito internacional, os direitos dos nativos sobre suas terras e de não serem escravizados. Portanto, se reconhece a face humanista e moderna de Francisco

⁵ Miguel de Cervantes, *Don Quijote de la Mancha*. Edición conmemorativa IV Centenario Cervantes (Madrid: Real Academia Española/Asociación de Academias de la Lengua Española/Alfaguara, 2004).

⁶ Leandro Henrique Magalhães, “A influência de Francisco de Vitória na ação evangelizadora jesuíta na América Portuguesa”, em *IV Congresso Internacional de História, Maringá/Paraná, 9 a 11 de setembro de 2009* (Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009): 2761-2762.

de Vitoria de “consagrar suas horas de trabalho a defender os direitos dos índios, o matrimônio ou a justiça dos povos”.⁷

Muitos dos jesuítas espanhóis e portugueses que vieram para o Brasil no século XVI sofreram influência cultural decisiva dos participantes do movimento conhecido como Escola de Salamanca, que tinha entre seus postulados a defesa dos povos originários da América. De modo que, “a través de la lenta evolución de sus ideas estos teólogos y juristas reconocen a hombres de costumbres y aspecto exóticos los derechos naturales a la existencia y a la libertad que hoy llamamos ‘derechos humanos’”.⁸ Assim, não é difícil encontrar afinidade entre o pensamento filosófico da Escola de Salamanca e a obra missionária e intelectual das principais figuras da Companhia de Jesus no Brasil quinhentista, como o português Manuel da Nóbrega (1517-1570) e o espanhol José de Anchieta (1534-1597).

Para situar, no Brasil quinhentista, a difusão das ideias veiculadas pela Escola de Salamanca, por meio da obra de Manuel da Nóbrega, tem-se de levar em conta que “Os filósofos ibéricos do século XVI não eram reacionários cegos, pois foram capazes de assentar as bases da jurisprudência internacional, de fornecer uma metafísica inicial para os modernos e de elaborar normas mais humanas para as conquistas ultramarinas”.⁹ Desse modo, para melhor definir este movimento de cunho filosófico, teológico, jurídico e político pode-se utilizar o conceito de modernização conservadora, de Barrington Moore Jr., que descreve o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão realizado sem ruptura violenta através de um pacto político entre a burguesia industrial e a oligarquia rural.¹⁰ Portanto, ao se analisar o mundo mental que formou os filósofos da Escola de Salamanca, no contexto do movimento renascentista europeu, vê-se que eles não estão afastados da cultura profana, pois a estadia de Francisco de Vitoria em Paris certamente abriu seus horizontes para a cultura laica, pois escreveu e ensinou sobre os mais candentes temas de sua época, como os limites dos poderes civil da Igreja e do papa, a colonização da América e a defesa dos índios. Esta visão de modernização conservadora confirma que Vitória, Domingo de Soto, Melchor Cano e o Doutor Navarro possuíam uma perspectiva histórica que lhes permitia olhar o horizonte descortinado com as descobertas marítimas sob uma ótica humanista que antecipava o conceito de liberdade dos povos das terras descobertas na América. Assim, os membros da Escola de Salamanca abriram as portas para que se defendesse a liberdade dos nativos contra a escravização. Esta era uma questão que estava em dia na Espanha com o crescimento da conquista e colonização da América, em que surgiam constantes denúncias contra exploração dos

⁷ María Martín Gómez, *La Escuela de Salamanca, Fray Luis de León y el problema de la interpretación* (Pamplona: EUNSA, 2017), 12-13: “consagrar sus horas de trabajo a defender los derechos de los indios, el matrimonio o la justicia de los pueblos”.

⁸ Silvio Zavala, *La defensa de los derechos del hombre en América Latina* (Paris: Unesco, 1963), 7.

⁹ Paulo Margutti, *História da filosofia do Brasil - O período colonial (1500-1822)* (São Paulo: Loyola, 2013), 44.

¹⁰ Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (São Paulo: Martins Fontes, 1975).

indígenas baseada na teoria aristotélica da escravidão natural. O divisor de águas surgiu quando Francisco de Vitória proferiu sua célebre *relección* de cunho teológico-jurídico, *De indis recenter inventis prior* (Dos índios recentemente descobertos),¹¹ questionando, em defesa dos povos autóctones americanos, a teoria aristotélica da escravidão natural. Lembra, entretanto, Fernando Rodrigues Montes D'Oca:

Diferentemente do discurso de Bartolomé de Las Casas, O.P. (ca. 1484-1566), o discurso de Vitoria não tem uma causa, não é militante. Vitoria elaborou um arguto arrazoado contra a escravidão natural, mas não um arrazoado a favor dos índios. Conquanto reconheça, a partir de relatos empíricos, que os índios não eram bárbaros, mas civilizados, Vitoria tinha grande desconfiança quanto ao nível de civilidade dos mesmos. A antropofagia, os sacrifícios humanos e outras práticas dos índios faziam Vitoria crer que eles distavam tão pouco dos amentes que não teriam condições para se autogovernar e, logo, poderiam vir a ser tutelados. É verdade que isso não depõe contra Vitoria, pois esse via a tutela como algo bom.¹²

2. Trajetória de Nóbrega no Brasil

Manuel da Nóbrega nasceu em Portugal, em 18 de outubro de 1517, em local incerto, provavelmente no Minho, em Sanfins do Douro. Ano em que Martinho Lutero afixou na porta da igreja do castelo de Wittenberg suas noventa e cinco teses, deflagrando o início da Reforma Protestante. Manuel da Nóbrega era filho do desembargador Baltasar da Nóbrega e sobrinho de um chanceler-mor do reino, contudo, se desconhece o nome de sua mãe. Nada se sabe da formação educacional e cultural de Manuel da Nóbrega antes de seu ingresso na Universidade de Salamanca em 1534, onde deve ter sido companheiro de outros estudantes portugueses que frequentaram a famosa universidade espanhola, como Aires Barbosa, Garcia da Orta, Pedro Margalho, Pedro Nunes e Martim Afonso de Sousa. Mas é razoável supor que tenha cursado Humanidades na cidade do Porto, onde seu pai era juiz. Não concluiu o curso em Salamanca e, após três anos de estudos, transferiu-se com o seu mestre Martín de Azpilcueta Navarro para a Universidade de Coimbra, onde se graduou em Direito Canônico, em 1541.¹³

Pouco antes, em 27 de setembro de 1540, o papa Paulo III aprovara, pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, a fundação da Companhia de Jesus pelos padres Inácio de Loyola, Pedro Fabro, Diego Laynes, Cláudio Jay, Pascásio Broet, Francisco Xavier, Afonso Salmerón, Simão Rodrigues, João Coduri e Nicolau Bobadilla. Então, Nóbrega, já exercendo funções sacerdotais, entrou, em 21 de novembro de 1544, na Ordem jesuítica implantada em

¹¹ Francisco de Vitoria, *Obras de Francisco de Vitoria*, ed. Teófilo Urdániz, O.P. (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1960), 491-858.

¹² Fernando Rodrigues Montes D'Oca, "Francisco de Vitória e a teoria aristotélica da escravidão natural", *Thaumazein* VII/ 14 (2014): 03-31, 27.

¹³ Serafim Leite S.J., *Breve itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega* (Lisboa: Brotéria, 1955).

Portugal pelo padre Simão Rodrigues, um dos dez companheiros de Inácio de Loyola. Nos anos seguintes, exerceu diversos cargos e funções na Companhia, além de fazer a tradicional peregrinação a Santiago de Compostela.

O Doutor Martín de Azpilcueta Navarro (1492-1586), por seus estudos como filósofo, teólogo e economista, é considerado integrante da Escola de Salamanca. E, como Catedrático de Cânones na Universidade de Salamanca, teve sob sua orientação a Manuel da Nóbrega. Ao ser convidado, em 1538, para assumir a mesma cátedra na Universidade de Coimbra, levou consigo o aluno dileto.

O Doutor Navarro tem sido visto como um dos primeiros intelectuais da sua época a discutir a influência da riqueza oriunda da América sobre a economia dos países europeus. Sua principal obra é o *Manual de Confessores e Penitentes*, publicado em Coimbra, em 1560. Nóbrega recebeu o grau de bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra por mãos do Dr. Navarro. E, quando veio para o Brasil em 1549, dirigindo a primeira missão jesuítica, estava acompanhado do padre João de Azpilcueta Navarro, sobrinho do seu mestre de Coimbra. Nóbrega correspondeu-se com o Doutor Martín de Azpilcueta citando, nas suas cartas, a doutrina do Mestre Navarro; e este, num livro seu, alude a Nóbrega e ao sobrinho. Daí o comentário do Doutor Navarro sobre Nóbrega a demonstrar seu apreço intelectual pelo primeiro jesuíta a missionar nas Américas: “O doutíssimo Padre Manuel da Nóbrega, a quem não há muito conferimos os graus universitários, ilustre por sua ciência, virtude e prosápia”.¹⁴

Nóbrega foi contemporâneo da célebre controvérsia quinhentista dos teólogos espanhóis sobre os direitos dos indígenas americanos de não serem escravizados e manterem a posse de suas terras, ocorrida em Valladolid entre Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, em 1550 e 1551,¹⁵ com a participação de discípulos de Francisco de Vitória como Melchor Cano e Domingo de Soto. Nóbrega estudou na Universidade de Salamanca tendo, certamente, ouvido as famosas preleções do professor e teólogo Francisco de Vitória, que lá ensinou entre 1526 e 1546, e defendia, à luz do Direito Internacional, “que os gentios americanos eram os legítimos proprietários de todos os seus bens, inclusive e, principalmente, de suas terras, e dispunham de liberdade para exercer seus direitos naturais”.¹⁶ Mas havia ferrenhos defensores da tese bíblica e aristotélica da servidão natural, como o filósofo Juan Ginés de Sepúlveda (1489-1573) que,

¹⁴ João Adolfo Hansen, *Manuel da Nóbrega* (Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2010), 18: “Na dedicatória de uma de suas obras canônicas ao P. Simão Rodrigues, provincial da Companhia de Jesus na assistência de Portugal, o Dr. Navarro refere-se a Nóbrega: “O doutíssimo Padre Manuel da Nóbrega, a quem não há muito conferimos os graus universitários, ilustre por sua ciência, virtude e prosápia”. Cf. Francisco Rodrigues, S.J., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* (Porto: Apostolado de Imprensa, 1931), t. I, v. 2, 616.

¹⁵ Lewis Hanke, *Aristóteles e os índios americanos*, tradução de Maria Lúcia Galvão Carneiro (São Paulo: Martins, s.d.) especialmente 49-97.

¹⁶ Beatriz Perrone-Moisés, “A guerra justa em Portugal no século XVI”, *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* 5 (1990): 5-10.

no *Democrates Segundo o de las justas causas de la guerra contra los indios*, propugnava pela escravização e domínio dos indígenas pelos espanhóis, afirmando que “há uma classe em que alguns são, por natureza, senhores e outros, por natureza, servos”.¹⁷

Ao analisar a repercussão desse célebre debate opondo Las Casas a Sepúlveda, Marcel Bataillon ressaltou que as ideias filosóficas da Escola de Salamanca, oriundas do pensamento de Francisco de Vitória, que morrera em 1546, influenciaram os argumentos de Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda.¹⁸

A correspondência de Nóbrega, dirigida a algumas das principais figuras políticas e religiosas do seu tempo –rei D. João III, Cardeal Infante D. Henrique, Tomé de Sousa, Inácio de Loyola, padres Diego Laynes, em Roma, e Simão Rodrigues, em Lisboa– confirma sua visão política modernizadora no século XVI na defesa que faz da liberdade do indígena, certamente por influência de Francisco de Vitória, do Doutor Navarro, de Bartolomé de Las Casas e da bula papal *Sublimis Deus* (“O Excelso Deus”) do Papa Paulo III.

Nas Américas pode-se colocar Nóbrega ao lado de frei Bartolomé de las Casas (1484-1566), dominicano que se celebrou com o libelo *Brevísima relación de la destrucción de las Indias Occidentales*,¹⁹ publicado em 1552, em Sevilha, em que faz forte denúncia contra os conquistadores e colonizadores espanhóis da América na exploração, escravização e morte dos indígenas. A partir da edição alemã de 1598 da *Brevíssima relação da destruição das Índias*, feita em Frankfurt por Teodoro de Bry, acompanhada de 17 gravuras, esse libelo tornou-se o principal instrumento de difusão de *La Leyenda Negra*,²⁰ ao denunciar o massacre dos indígenas da América pelos conquistadores espanhóis.

Assim, Las Casas e Nóbrega retomaram, como defensores do direito do homem americano à liberdade, os postulados da bula de 1537, do Papa Paulo III, *Sublimis Deus*, também chamada *Veritas Ipsa* (“A mesma verdade”):

¹⁷ Juan Ginés de Sepúlveda, *Demócrates Segundo o De las justas causas de la guerra contra los indios*, edición crítica bilingüe, traducción castellana, introducción e índices de Ángel Losada (Madrid: Instituto Francisco de Vitoria, 1951), 21-22. “Hay una clase en que unos son por naturaleza señores y otros por naturaleza siervos”. Veja também Juan Ginés de Sepúlveda, *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*, edición bilingüe, advertencia de Marcelino Menéndez y Pelayo, estudio de Manuel García-Pelayo. 2ª ed. (México: Fondo de Cultura Económica, 1941).

¹⁸ Marcel Bataillon, *Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*, 2 t. (México: Fondo de Cultura Económica, 1950), t. 1, 284-300, particularmente 294-297.

¹⁹ Bartolomé de Las Casas, *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* [1552], edición y notas de José Miguel Martínez Torrejón. Prólogo y cronología Gustavo Adolfo Zuluaga Hoyos (Medellín, Colombia: Editorial Universidad de Antioquia, 2011); Bartolomé de Las Casas, *Brevíssima relação da destruição das Índias*, tradução Heraldo Barbuy. 5ª ed. (Porto Alegre: L&PM, 1991).

²⁰ Jean Théodore de Bry in Bartolomé de Las Casas, *Illustrations de Narratio regionum Indicarum per Hispanos quosdam devastatarum*. Francfort del Meno, 1598, grabados (talla dulce sobre cobre), 14,5 x 18 cm. Fonte: Bibliothèque Nationale de France; Santiago Sebastián, *Iconografía del indio americano, siglos XVI-XVII* (Madrid: Tüero, 1992), 113-143.

Nós com autoridade apostólica, pela presente Carta decretamos e declaramos: os ditos índios e todos os demais povos que no futuro vierem ao conhecimento dos cristãos, embora vivam fora da fé de Cristo, não são nem deverão ser privados de liberdade e de propriedade de bens. Pelo contrário, podem livre e licitamente usar, possuir e gozar de tal liberdade e propriedade, e não poderão ser reduzidos à escravidão.²¹

Nóbrega era moderno no seu tempo, apesar de aceitar a escravização do indígena na “guerra justa” e no “resgate”, vendo como natural a escravização do negro ao associá-lo à ideia bíblica (Dt 20:14) e aristotélica (*Política*, I,3-8) e aos cativos da guerra que os cristãos moviam aos infiéis, como turcos otomanos e sarracenos do norte da África. Mas foi com Manuel da Nóbrega que se iniciou a reflexão filosófica sobre a realidade humana e geográfica do Brasil, pois ele é o primeiro letrado europeu a se fixar definitivamente na terra brasileira. As ideias de Nóbrega sobre o direito à liberdade para o não europeu possuem vários desvios que envolvem questões éticas e jurídicas da conquista colonial. No entanto, ele faz uma exposição objetiva ao tratar do indígena do Brasil no parecer teológico-jurídico *O Caso da Mesa da Consciência*, solicitado pelo tribunal da “Mesa da Consciência e Ordens”, que tratava de matérias legais e administrativas das missões ultramarinas, como a liberdade dos povos originários. Em 1566, através de carta régia, o rei D. Sebastião ordenara que o governador-geral do Brasil, Mem de Sá, convocasse uma junta –composta do próprio governador, o provincial Luís da Grã, o visitador da Companhia Inácio de Azevedo e de Nóbrega– para analisar a situação jurídica da venda de indígenas por decisão dos próprios selvagens, sob o argumento “de extrema necessidade” da sobrevivência deles.

Na verdade, essa era uma pretensão falaciosa dos colonos, pois, por trás de o indígena poder vender-se por necessidade extrema estava a tentativa de legalizar sua escravização. Os pareceres dessa junta extraviaram-se e só restaram os do padre espanhol Quirício Caxa, que foi professor e teólogo no Colégio da Bahia, e o de Nóbrega. Embora não tenha comparecido à reunião da junta na Bahia, pois, com a saúde abalada, se encontrava como reitor do Colégio do Rio de Janeiro, Nóbrega escreveu um documento fundamental em defesa da liberdade do indígena que serviu de base à Lei de 20 de março de 1570, que delimitava a ação dos colonos no cativeiro lícito dos nativos, através da chamada “guerra justa”. Assim, no seu principal texto dedicado à liberdade do indígena brasileiro, *O Caso da Mesa da Consciência*, Nóbrega saiu em defesa deles contra a ação de escravizá-los perpetrada pelos colonos do Brasil, negando nesse parecer a legitimidade de os indígenas venderem os filhos e a si mesmos como escravos, confirmando sua oposição ao discurso da servidão natural do selvagem utilizado pelos colonos do Brasil na ação de escravizá-los.

²¹ Paulo III, *Sublimis Deus*, em *A Conquista Espiritual da América Espanhola*, coord. P. Suess (Petrópolis: Vozes, 1992), 273-275.

Não podem ser escravos os que fugiram das igrejas ainda depois de cristãos, por fugirem assim por medo vendo que nem os padres a muitos podiam valer, e por fugirem à sujeição da doutrina e quererem viver livres em seus costumes passados. Nem, outrossim (igualmente), podem ser escravos os que por fugirem à tal sujeição da doutrina se fazem escravos dos cristãos, por verem que os tais escravos os deixam seus senhores viver em seus costumes passados; nem outrossim os que se fazem escravos dizendo que os escravos são temerosos e tem medo o gentio deles por serem com seus senhores juntamente executores da tirania e sem razão passada e presente, porque as tais razões e todas as semelhantes não são justas para um perder sua liberdade; e o mesmo digo dos que se vendem movidos do vício carnal e pecados que com as escravas dos cristãos cometem, as quais servem de anzol para prender e cativar os pobres índios.²²

A servidão do selvagem era aceita pelas autoridades do reino português através da chamada “guerra justa”, eufemismo para justificar e legalizar sua escravização, praticada pela coroa lusitana em aliança com os colonos contra os indígenas não cristianizados, sob a justificativa de que eles se recusavam a conviver em paz com a população branca e mantinham costumes como o canibalismo e a poligamia.

Esse cenário demonstra que, como intelectual e missionário, Manuel da Nóbrega seguiu as lições da Escola de Salamanca na defesa dos direitos dos povos originários do Brasil: ao lado da ação política em conseguir terras para o sustento deles, da construção de escolas e residências, realizava a conquista espiritual dos nativos para a Igreja Católica. É a lição que revelam os escritos de Nóbrega sobre os povos originários do Brasil.

3. As cartas jesuíticas e os canibais

O interessado em conhecer como se deu a propagação planetária das cartas jesuíticas, que repercutiram intensamente nos meios cultos da Europa entre a segunda metade do século XVI e a primeira do XVIII poderá ver –pelos textos de Nóbrega, de Anchieta e de outros jesuítas quinhentistas– como transparece de maneira inquestionável a influência dos escritos dos soldados de Cristo sobre o pensamento que permeia as correntes espirituais do humanismo renascentista. Ou seja:

Naquele mesmo sentido do enriquecimento do humano se orientam as observações etnográficas remetidas, pelos missionários ou viajantes, para a Metrópole. E importará mencionar que é desse pequeno número de obras, que trazem para a Europa a informação acerca dos novos mundos, que saem as traduções de obras portuguesas para as outras línguas europeias. Eram estas as verdadeiras novidades da cultura portuguesa; uma dimensão concreta, uma mais variada informação, acerca da vida do homem sobre a terra.

²² Manuel da Nóbrega, *Obra completa*. Edição do 5º centenário, organização de Paulo Roberto Pereira (Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2017), 361-362.

Portugal não dá, nem podia dar, à cultura europeia elementos para um avanço no domínio da matemática ou da astronomia. O que lhe transmite são dados riquíssimos para um mais perfeito conhecimento das imensas virtualidades representadas pelo homem. Montaigne não conhece Pedro Nunes, conhece narrativas a respeito do Brasil.²³

As cartas de Manuel da Nóbrega não foram inicialmente publicadas em português, refletindo o temor da Coroa portuguesa em divulgar as riquezas do Brasil, que perdurou até o século XVIII. Surgiram também os mecanismos de censura que passaram a vigorar com a promulgação dos índices de livros proibidos de serem lidos e impressos em Portugal por conterem possíveis desvios religiosos, no momento em que estava em andamento o Concílio em Trento.

A esses mecanismos de repressão editorial juntou-se a decisão de Inácio de Loyola, juntamente com seu secretário Juan de Polanco, de que as cartas recebidas das províncias jesuíticas do Ocidente, como o Brasil, e do Oriente, como o Japão, fossem examinadas pelos editores jesuítas e censuradas antes de chegar ao público para evitar que as cartas edificantes se confundissem com as cartas informativas sobre a vida interna da Ordem jesuítica.

Ao se lidar com os manuscritos de Manuel da Nóbrega verifica-se a existência de diferentes versões do mesmo texto que se encontra em códices guardados no Brasil, em Portugal, na Itália e na Espanha.²⁴ Talvez assim se explique que as cartas de Nóbrega tenham sua primeira edição, em 1551, em Portugal, impressas em espanhol: *Copia de unas cartas embiadas del Brazil por el padre Nóbrega de la companhia de Jesus [...]*.²⁵ Segundo Francisco Leite de Faria, “é este o mais antigo impresso quinhentista português, referente exclusivamente ao Brasil”.²⁶ E, durante toda a segunda metade do século XVI, as várias coletâneas de cartas jesuíticas que continham textos de Nóbrega raramente foram editadas em português. A explicação para estarem traduzidos inicialmente para a língua de Castela deve-se ao fato de a Companhia de Jesus ter sido fundada e ser dirigida por espanhóis, como também porque no Brasil os dois principais copistas ou amanuenses que transcreviam os textos ditados por Nóbrega serem oriundos da Espanha: Antônio Blázquez e José de Anchieta. Além da língua de Cervantes ser corrente no mundo luso-brasileiro, Nóbrega estudara em Salamanca e tinha perfeito domínio do espanhol, conforme se percebe nos espanholismos que empregava ao escrever em português.

²³ Jorge Borges de Macedo, “Livros impressos em Portugal no século XVI: interesses e formas de mentalidade”, em *Os lusíadas e a história* (Lisboa: Verbo, 1979), 72.

²⁴ Serafim Leite, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: 1949), tomo IX, 3-14 e 413-433.

²⁵ *Copia de unas cartas embiadas del Brazil por el padre Nóbrega [...] Recebidas el año de 1551*, em *Cartas dos jesuítas do Oriente e do Brasil (1549-1551)*, edição fac-similar, apresentação José Manuel García (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1993); Sheila Moura Hue, *Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]* (Rio de Janeiro: Zahar, 2006), 18-21.

²⁶ Francisco Leite de Faria, *Os impressos quinhentistas portugueses, referentes exclusivamente ao Brasil* (Moçambique: Universidade de Lourenço Marques, 1972), 2.

Finalmente, em 1955, o padre jesuíta Serafim Leite reuniu em *Cartas do Brasil e mais escritos* toda a obra conhecida de Manuel da Nóbrega: 33 cartas que formam a sua correspondência ativa; a peça teatral *Diálogo sobre a conversão do gentio*; *O Caso da Mesa da Consciência*, documento jurídico que faz a defesa da liberdade dos povos originários; além de outros documentos.²⁷ Esse conjunto de textos revela o itinerário humano e intelectual do fundador da Companhia de Jesus na América Portuguesa, oferecendo um panorama da realidade cotidiana da Terra de Santa Cruz, a confirmar sua contribuição pioneira para a formação da nacionalidade brasileira.

Para se compreender a prática missionária de Nóbrega nas nascentes cidades do Brasil quinhentista deve-se recordar a sua célebre frase na carta escrita em 9 de agosto de 1549, enviada ao padre Simão Rodrigues, fundador da Companhia de Jesus em Portugal, em que, ao começar a se abrasileirar, afirmava: *Esta terra é nossa empresa e o mais gentio do mundo*.²⁸ Nóbrega, certamente assim afirmava ao perceber a vastidão do território brasileiro e a multidão sem fim de indígenas para serem catequizados. Esse era o principal desafio quando chegou à Bahia, em 1549, como responsável pela primeira missão jesuítica na América. Integrar, por meio da conversão, os povos da Terra de Santa Cruz aos valores espirituais da civilização europeia era a missão que esse apóstolo jesuíta se propusera realizar no Novo Mundo, como fizera Francisco Xavier ao levar a fé cristã ao Oriente.

Nóbrega é um homem de ação oposto à fruição contemplativa. Assim, a locução latina *Perinde ac cadáver* (“como um cadáver”), expressão com que Santo Inácio de Loyola prescrevia nas suas *Constituições* (VI, 1) aos jesuítas como norma de disciplina e obediência aos seus superiores, salvo nos casos em que a consciência o proibir, nem sempre coincidia com o que fazia e agia Manuel da Nóbrega na Colônia brasileira. Pois, tinha de enfrentar diariamente três frentes: a administração portuguesa, a ambição desenfreada dos colonos e os problemas indígenas de doenças, fome e escravização.

O trabalho de Nóbrega e seus companheiros na missionação dos povos indígenas, sobretudo o de abolir costumes como antropofagia e poligamia, motivou a criação das primeiras escolas no Brasil, cujas atividades apoiavam-se principalmente na conversão dos filhos dos selvagens, os curumins. O projeto de Nóbrega era usar a educação missionária para ganhar a alma do indígena para a fé católica, pois o corpo do nativo da terra geralmente pertencia ao colonizador.

Durante cinquenta anos a América Portuguesa aguardara o declínio do império asiático das especiarias da Goa Dourada para começar a ser colonizada. Quando Nóbrega chegou à Bahia em 1549, parece que tinha a mesma crença de Pero Vaz de Caminha, o

²⁷ Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil e mais escritos*, ed. Serafim Leite S.I. (Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955).

²⁸ Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil* (1549-1560), 2ª ed., nota preliminar de Afrânio Peixoto, prefácio de Valle Cabral, vida do padre Manuel da Nóbrega pelo padre Antônio Franco, notas complementares de Rodolfo Garcia (Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1931), 82.

escrivão da frota de 1500 de Pedro Álvares Cabral, de que estaria encontrando naquela terra o homem da primitiva Idade de Ouro anterior à queda de Adão no Paraíso.

O escrivão Caminha vira ali o bom selvagem pronto para receber os ensinamentos da fé católica: “Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença”.²⁹ Como Pero Vaz de Caminha, após poucos dias na terra descoberta, seguiu viagem para o Oriente, não conheceu o indígena verdadeiro que habitava as selvas brasileiras. Nóbrega, na sua primeira carta do Brasil, de 10 de abril de 1549, teve a mesma ilusão do escrivão da Carta de Achamento do Brasil, acreditando na mansidão e na fácil aceitação da fé cristã pelos indígenas:

O irmão Vicente Rodrigues ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender e, perguntados se querem, mostram grandes desejos.

Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na fé até serem hábeis para o batismo. Todos estes que tratam conosco, dizem que querem ser como nós, senão que não têm com que se cubram como nós, e este só inconveniente temos. Se ouvem tanger à missa, já acodem e quanto nos vem fazer, tudo fazem, assentam-se de joelhos, batem nos peitos, levantam as mãos ao Céu e já um dos principais deles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado e em dois dias soube o A, B, C todo, e o ensinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que quer ser cristão e não comer carne humana, nem ter mais de uma mulher e outras coisas; somente que há de ir à guerra, e os que cativar, vendê-los e servir-se deles, porque estes desta terra sempre têm guerra com outros e assim andam todos em discórdia, comem-se uns a outros, digo os contrários. É gente que nenhum conhecimento tem de Deus. Tem ídolos, fazem tudo quanto lhes dizem.³⁰

Era o início da chamada “pedagogia do amor” em que os indígenas recebiam os ensinamentos cristãos de maneira pacífica. A convivência na terra e a resistência dos selvagens em abandonar seus hábitos culturais, especialmente a antropofagia, levaria os missionários a praticarem a catequese denominada “pedagogia do medo”, em que eles poderiam ser castigados, mesmo os aldeados, se não obedecessem à conduta imposta pelos padres jesuítas com aprovação das autoridades do reino.

O emprego da “pedagogia do medo” por Nóbrega é relatado na segunda fase dos seus escritos, depois da morte do bispo Pero Fernandes Sardinha pelos caetés, indígenas antropófagos. Com a chegada à Bahia do terceiro governador-geral, Mem de Sá, reprimiu-se violentamente a rebeldia dos povos originários, obrigando-os a viverem nos aldeamentos dirigidos pelos padres jesuítas. O terceiro governador-geral do Brasil pagou caro ao levar a colonização às terras indígenas, pois perdeu o filho Fernão de Sá na luta travada na capitania do Espírito Santo. Esses acontecimentos, aliados à longa

²⁹ Paulo Roberto Pereira, *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil: Carta de Pero Vaz de Caminha, Carta de Mestre João Faras, Relação do Piloto Anônimo* (Rio de Janeiro: Lacerda, 1999), 54.

³⁰ Manuel da Nóbrega, *Obra completa*, 56-57.

permanência na terra, confirmavam a dificuldade da conversão dos indígenas ao cristianismo, obrigando Nóbrega a adotar a “pedagogia do medo”, conforme explicita em sua carta “Apontamento de coisas do Brasil”, dirigida ao padre Miguel de Torres, em Lisboa, escrita na Bahia em 8 de maio de 1558.

Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado e por isso se Sua Alteza os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar e deve fazer estender os cristãos pela terra adentro e repartir-lhes o serviço dos índios àqueles que os ajudarem a conquistar e senhorear, como se faz em outras partes de terras novas, e não sei como se sofre, a geração portuguesa que entre todas as nações é a mais temida e obedecida, estar por toda esta costa sofrendo e quase se sujeitando ao mais vil e triste gentio do mundo.³¹

Pelo olhar da antropologia social de hoje a destribalização praticada pelos padres e colonos portugueses no Brasil motivou muitas críticas. É que o pensamento de Nóbrega sobre o indígena, impondo valores culturais europeus que proibiam a vida nômade, a vingança contra o inimigo que terminava na cerimônia ritual da antropofagia, como também a poliginia e a cauinagem, partes da máquina social dos tupinambás a que se denominou de “inconstância da alma selvagem”,³² demonstravam a dificuldade da catequese jesuítica.

4. O doutor de Coimbra renasce na América

Com o fracasso das capitânias hereditárias, primeira tentativa de administrar e colonizar o Brasil, D. João III criou o governo-geral em 1548 e, no ano seguinte, nomeou Tomé de Sousa primeiro governador-geral. A armada chefiada por Tomé de Sousa partiu de Lisboa em 1º de fevereiro de 1549 e chegou à Baía de Todos os Santos em 29 de março desse mesmo ano. Tomé de Sousa vinha imbuído de um projeto civilizacional que esperava pôr em prática com a ajuda de um grupo de jesuítas liderados por Manuel da Nóbrega, que tinha 32 anos quando dirigiu a primeira missão da Companhia de Jesus com destino às Américas. Nóbrega vinha como Superior da Companhia, trazendo consigo os padres Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro e Antônio Pires, além dos irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

³¹ Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil e mais escritos*, 280-281. Os textos de Nóbrega citados de obras organizadas por outros autores estão transcritas de acordo com as normas ortográficas atuais do português do Brasil.

³² Manuela L. Carneiro da Cunha, “Imagens de índios do Brasil: O século XVI”, *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, 4, 10 (1990): 91-110; Manuela L. Carneiro da Cunha e Eduardo B. Viveiros de Castro, “Vingança e temporalidade: os tupinambás”, em *Anuário antropológico* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986), 57-78; Eduardo Viveiros de Castro, “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”, em *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia* (São Paulo: Cosac & Naify, 2002), 181-264.

Nóbrega participou da fundação da cidade do Salvador, criando o primeiro colégio jesuítico na capital da América Portuguesa. Assim, a formação cultural na Terra do Brasil surgiu sob a bandeira dos seguidores de Inácio de Loyola. Com padres e irmãos que trouxera de Portugal iniciou Nóbrega a catequese e o ensino das primeiras letras aos indígenas brasileiros. Foi um esforço missionário e educativo que, iniciado na Bahia, continuou em Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, ajudando a criar núcleos populacionais, que deram origem a algumas das principais cidades da Colônia brasileira. Era uma ação estratégica de cunho político do mercantilismo monárquico que visava garantir o domínio espiritual e material da vasta região costeira da América do Sul, por meio da aliança entre a Igreja contrarreformista e o império colonial português.

Em novembro de 1549, Nóbrega dirigiu-se a Ilhéus e Porto Seguro. Era o início das viagens que empreenderia por diferentes regiões do Brasil, onde prosperavam pequenos núcleos de colonização. Ao tomar conhecimento da dimensão continental do Brasil e de suas necessidades para realizar a evangelização dos nativos, Nóbrega pediu ao provincial de Portugal padre Simão Rodrigues e ao rei D. João III mais recursos e missionários. Em março de 1550, chegaram à Bahia, na armada de Simão da Gama de Andrade, mais quatro padres jesuítas: Afonso Brás, Francisco Pires, Manuel de Paiva e Salvador Rodrigues, além de sete meninos órfãos de Lisboa, para ajudarem no trabalho de catequese.

No segundo semestre de 1551, Nóbrega se dirigiu a Pernambuco levando consigo o padre Antônio Pires, que lá ficou. Em fevereiro de 1552, estava Nóbrega novamente na Bahia e, em junho desse mesmo ano, chegou o primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, que futuramente teria sérias desavenças com os jesuítas a respeito da conversão do gentio. Em novembro de 1552, quando se avolumavam as dificuldades de se lidar com o bispo, Nóbrega partiu com o governador-geral Tomé de Sousa em visita às capitanias do Sul do País. Foi nessa viagem, entre dezembro de 1552 e janeiro de 1553, que Nóbrega entrou, pela primeira vez, na Baía de Guanabara.

Depois dessa experiência no Rio, Nóbrega partiu para a capitania de São Vicente, posteriormente denominada São Paulo, região onde se encontrava o principal grupo de padres jesuítas na época. Tomé de Sousa, que o levava à capitania, voltou à Bahia, entregando o governo ao sucessor, Duarte da Costa.

Em São Vicente, no início de 1553, Nóbrega visitou o colégio fundado um ano antes por Leonardo Nunes, o célebre “padre voador”, primeiro jesuíta a missionar na capitania fundada por Martim Afonso de Sousa em 1532. Em 9 de julho de 1553, o geral da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola, criou a Província do Brasil, nomeando Nóbrega seu primeiro provincial, pondo fim à subordinação dos jesuítas ao bispo Pero Fernandes Sardinha.

Nas cartas dirigidas ao provincial de Portugal, padre Simão Rodrigues, Nóbrega continuava a solicitar missionários e recursos materiais. Em 13 de julho de 1553, vieram, na frota do segundo governador, Duarte da Costa, mais sete missionários: os padres Luís da Grã, Lourenço Brás, Ambrósio Pires e os irmãos Antônio Blázquez, Gregório Serrão,

João Gonçalves e José de Anchieta. Este foi logo enviado para São Vicente para dar aulas e escrever os relatórios da Companhia que tinham de ser enviados para Roma.

Mesmo estando distante da capital da colônia, Nóbrega preferiu permanecer na vila de São Vicente planejando sua entrada para o sertão e, talvez, o Paraguai. Assim, com o auxílio de José de Anchieta, a ajuda indispensável dos indígenas liderados pelo cacique Tibiriçá, uma missa celebrada pelo padre Manuel de Paiva, o apoio de João Ramalho que “com seus filhos, foi, a bem dizer, o primeiro sertanista do planalto”,³³ fundou-se, conforme o desejo de Nóbrega, em 25 de janeiro de 1554, o Colégio de São Paulo no Campo de Piratininga, núcleo inicial da atual capital paulista.

Nóbrega só voltou à Bahia em julho de 1556 para reorganizar as atividades da Companhia e também cumprir o desejo da corte portuguesa de que o provincial residisse na capital da colônia. Cerca de um mês antes da chegada de Nóbrega a Salvador se dera a mais conhecida cena de antropofagia da história do Brasil: a morte do bispo Pero Fernandes Sardinha e de sua comitiva. É que ao se dirigir a Portugal a comitiva naufragou no litoral de Alagoas, sendo devorada pelos indígenas caetés. Esse relato impressionou de tal modo a Nóbrega que a antropofagia tornou-se o principal costume indígena a ser extirpado, conforme se lê na sua correspondência daí em diante e, em especial, na sua peça teatral *Diálogo sobre a conversão do gentio*.³⁴ Essa obra dramática, escrita na Bahia entre 1556 e 1557, se tornou o primeiro texto literário brasileiro. Nela, Nóbrega, pela voz das personagens, afirma seu viés humanista, influenciado por Erasmo de Roterdã, ao comparar o índio tupi ao chefe da Igreja Católica: “E tanto vale diante de Deus por natureza a alma do papa, como a alma do vosso escravo papaná”.³⁵

Acompanhando a trajetória de Nóbrega neste país continental, em que o único meio possível de se transitar era o marítimo, como imaginar, cinco séculos depois da sua morte, um homem com uma aparência física frágil a se deslocar de Olinda, em Pernambuco, a São Vicente, em São Paulo? A correspondência jesuítica do tempo oferece-nos seu retrato ao natural:

³³ Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil* (São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954), 323-325.

³⁴ Manuel da Nóbrega, *Diálogo sobre a conversão do gentio*, ed. Serafim Leite S.I. (Lisboa: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954).

³⁵ Manuel da Nóbrega, *Obra completa*, 214. Segundo Francisco Adolfo de Varnhagen, *papaná* significa “peixe martelo”. In Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Edição de Francisco Adolfo de Varnhagen. 5 ed. (São Paulo: Nacional, 1987), 360, nota 45. Segundo João Adolfo Hansen: “Papaná era um grupo indígena do sul da capitania do Espírito Santo que se comunicava com o interior da capitania de São Vicente pelo rio Paraíba. No início de 1555, os índios tupiniquins do Principal de Piratininga Martim Afonso Tibiriçá capturaram um Papaná que queriam matar em terreiro, sendo impedidos de fazê-lo pelos jesuítas”. João Adolfo Hansen, *Manuel da Nóbrega*, 130 e 154.

Oh padre, se vísseis os padres que andam em São Vicente por esses matos e campos! Se vísseis o Nóbrega que é o seu superior, veríeis um homem que o não parece, e um homem de engonços e de pele e ossos. Um rosto de cera amarela, ainda que muito alegre sempre e cheio de riso; uns olhos sumidos; com um vestido que não sabeis se o foi alguma hora; os pés descalços, esfolados do sol. [...] Se com isto vísseis sua afabilidade, alegria espiritual e caridade dentro e fora de casa.³⁶

Na carta que enviou ao novo provincial de Portugal, padre Diogo Mirão, relata Nóbrega a dificuldade da evangelização dos povos originários e os poucos recursos humanos e materiais que recebiam para a catequese e as escolas. Ainda da Bahia, na carta de 2 de setembro de 1557, também dirigida a esse provincial, demonstra ter ampla visão política do estado brasileiro em formação e do que era necessário fazer para manter a unidade religiosa e territorial da colônia portuguesa na América:

Parece-me que se El-Rei não proveja de maneira que aqueles contrários (os nativos tamoios) percam tanta soberba que deem lugar aos moradores se estenderem pela Bertioga, que dizem que é boa terra, o que podia bem ser se o Rio de Janeiro se povoara como sempre se desejou, e se pretendesse nesta terra senhorear os índios como melhor pudessem –se nisto se não provê com brevidade a mim me parece que aquela capitania se perderá.³⁷

O alerta de Nóbrega de que os portugueses poderiam perder o Rio de Janeiro para os franceses, seguidores de Lutero e Calvino, passaram a ecoar na correspondência que insistentemente enviava para Lisboa sobre o perigo de se implantar uma colônia protestante em pleno território católico português da Guanabara. Em 28 de dezembro de 1557, chegou à Bahia Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil. Para Manuel da Nóbrega foi uma vitória, pois o segundo governador, Duarte da Costa, fora extremamente prejudicial às suas atividades, aliando-se ao padre Luís da Grã, que mais tarde se tornaria o segundo provincial do Estado do Brasil em substituição a Nóbrega. Assim, o rico período que Nóbrega passara em São Paulo fora na verdade um exílio voluntário, pois tivera contra si o bispo Pero Fernandes Sardinha, o segundo governador e o novo provincial de Portugal, Diogo Mirão, que substituíra o padre Simão Rodrigues.

Nesses anos de incompreensões por suas atividades em prol da educação dos indígenas aldeados, Nóbrega não deixou de receber apoio de Tomé de Sousa, de quem se mantivera amigo, e do rei D. João III, como se pode observar na sua rica correspondência. Com a chegada do terceiro governador-geral, retomava-se a união entre os poderes civil, representado agora por Mem de Sá, e o religioso, do qual Nóbrega era a principal figura. Entre muitos eventos, sobretudo militares, a que se deve a mão firme de Mem de Sá, estava a luta para expulsar os franceses da Baía de Guanabara, que, em 1555, sob o comando do

³⁶ Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil* (1549-1560), 68-69. Cf. Serafim Leite, S.J., *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, 150-151.

³⁷ Manuel da Nóbrega, *Obra completa*, 241.

vice-almirante Nicolas Durand de Villegagnon fundaram a chamada França Antártica, construindo, na ilha de Serigipe, o forte Coligny.³⁸

Nem todo interessado em conhecer a denominada França Antártica, construída no *mare clausum* português do Tratado de Tordesilhas, compreende a dimensão político-religiosa dessa aventura de Villegagnon no Atlântico Sul. É que ela esbarrava no tabuleiro quinhentista montado pelos impérios português e espanhol defensores do catolicismo tradicionalista, cuja presença do Tribunal da Inquisição, instituído em 1536 em Portugal, era o símbolo mais visível. Assim, criar na Terra de Santa Cruz uma cabeça de ponte católico-luterano-calvinista era inaceitável para o governo do Piedoso D. João III, que contava com os soldados de Cristo, a milícia de Inácio de Loyola, para impedir a propagação de pretensão reformismo cristão. Dessa maneira, a nascente Terra de Santa Cruz começava a participar da cultura ocidental através das guerras de religião e da conversão do gentio. E a presença de Villegagnon no Rio de Janeiro se justificava diante da intolerância que acontecia na Europa com as guerras religiosas entre católicos e protestantes, estimulando a busca no Novo Mundo de uma região em que se pudesse cultivar livremente sua crença, acabando por inserir o Brasil na história espiritual do século XVI.

É que alguns dos letrados que participaram da aventura francesa pela costa marítima da Terra do Pau Brasil – André Thevet, João Cointha, Jean de Léry – beberam, por diferentes vias, nas águas do humanismo renascentista. Mais forte do que a varíola que os colonizadores quinhentistas passavam para os indígenas era o vírus do pensamento renovador inoculado nos letrados atentos a esse tempo em que razão e fé se digladiavam no alvorecer do mundo moderno. E a tempestade transformadora que influenciava o pensamento no renascimento ibérico chamava-se Erasmo de Roterdã, Thomas More, Nicolau Maquiavel, Francisco de Vitória. E essas preciosas e perigosas lições filosóficas e políticas repercutiam em Portugal por meio da sua elite cosmopolita europeia exemplificada em André de Resende e Damião de Gois,³⁹ contaminando o pensamento dos letrados da Colônia brasileira. Assim, adquiriram outra dimensão histórica e antropológica os escritos desses heterodoxos que perambulavam pela costa marítima brasileira, inspirando Michel de Montaigne a colocar nos *Ensaio*s os tupinambás,⁴⁰ a confirmar a influência que exerceu no pensamento europeu o nativo canibal do Brasil,

³⁸ Vasco Mariz e Lucien Provençal, *Villegagnon e a França Antártica* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca do Exército, 2000).

³⁹ Jose V. de Pina Martins (ed.), *O humanismo português: 1500-1600. Primeiro simpósio nacional 21-25 de outubro de 1985* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988); Jose V. de Pina Martins, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal: Les deux regards de Janus* (Lisbonne-Paris: Calouste Gulbenkian, 1989), 2 vols.; Jose V. de Pina Martins, *Humanismo português na época dos descobrimentos. Actas. Congresso Internacional (9-12 outubro 1991)* (Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993).

⁴⁰ Michel de Montaigne, “Dos canibais”, em *Ensaio*s, trad. e Sérgio Milliet (São Paulo: Abril Cultural, 1972), 105. (*Les Essais*: Paris, 1580).

aventura essa que, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, circulou na cultura francesa desde a Renascença até o pensamento propulsor da Revolução de 1789.⁴¹

Em 30 de novembro de 1559, chegou à Bahia uma armada portuguesa, trazendo o segundo bispo do Brasil, D. Pedro Leitão, antigo discípulo de Nóbrega em Coimbra. A vinda dessa frota ofereceu condições para que Mem de Sá organizasse, em janeiro de 1560, a expedição que dois meses depois tomaria a fortaleza dos franceses na atual ilha de Villegagnon. A conquista do Rio de Janeiro contou com a colaboração de Manuel da Nóbrega que, juntamente com Mem de Sá, estiveram presentes na batalha da Guanabara que destruiu o forte Coligny.

Mem de Sá trouxera da Bahia um fugitivo da fortaleza francesa: João Cointha. Esse francês abandonara seus companheiros e passara para o lado dos portugueses. Assim, a adesão de Cointha aos portugueses tornou possível a tomada do forte da Guanabara. Derrotados, franceses e tamoios se embrenharam pela floresta que circundava a baía de Guanabara. Contudo, em pouco tempo, retornaram às suas atividades de escambo e de ataques aos portugueses, sobretudo aos das vilas de São Paulo.

Após a vitória na Guanabara, a armada de Mem de Sá dirigiu-se à capitania São Paulo, onde ficou Nóbrega. Mas em 1563 se deu a chamada Confederação dos Tamoios, que reuniu diferentes nações indígenas da região de São Paulo e Rio de Janeiro. Nóbrega e Anchieta, que ainda não recebera a batina de padre, mas já era o excepcional linguista e poeta que a posteridade conheceria, se dirigiram à aldeia de Iperoig para negociar diretamente com os chefes tamoios o fim do conflito. O resultado positivo das conversações e a paz firmada podem ser lidos com emoção na correspondência de Anchieta.⁴²

O ano de 1564 foi decisivo, pois Nóbrega passou a contar com o apoio direto de Mem de Sá, que resolvera não mais esperar os reforços prometidos por Lisboa. Então, o governador-geral enviou da Bahia seu sobrinho Estácio de Sá comandando uma flotilha destinada a conseguir, com a ajuda de Nóbrega, mais recursos para enfrentar tamoios e franceses e fundar a cidade do Rio de Janeiro. Estácio de Sá se reuniu em São Paulo com Nóbrega traçando o plano de fundação da cidade. Mesmo com poucos recursos e sem a presença de Nóbrega, Estácio de Sá, acompanhado de Anchieta, entrou na Baía de Guanabara em 1º de março de 1565 e, entre o morro Cara de Cão e o do Pão de Açúcar, plantou os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, conforme se pode ler na carta de Anchieta de 9 de julho de 1565, considerada a certidão de nascimento da cidade do Rio de Janeiro.⁴³

⁴¹ Afonso Arinos de Melo Franco, *O índio brasileiro e a revolução francesa* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1976).

⁴² Paulo Roberto Pereira, “Cartas de Anchieta: O canibal e o jesuíta em Iperuí”, *Revista Anchiétea* 2 (2014): 105-129.

⁴³ S.J., Pe. Joseph de Anchieta, *Cartas*. Edição do Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. (São Paulo: Loyola, 1984), 255-267.

A grande quantidade de religiosos colaborando na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro facilitou a construção do Colégio de Jesus, em que o padre Manuel da Nóbrega assumiu a direção como seu primeiro reitor (1567-1570). Nóbrega, que criou o primeiro colégio da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, aí permaneceu até que a morte o surpreendeu, quando completava 53 anos, em 18 de outubro de 1570.

5. Conclusão

Procurou-se com esse trabalho mostrar a aproximação que existe entre os postulados da Escola de Salamanca, através dos escritos de Francisco de Vitória e de seu discípulo Martín de Azpilcueta Navarro, e o pensamento de Manuel da Nóbrega, enquanto aluno da Universidade de Salamanca.

Certamente o que mais influenciou o pensamento e a ação de Manuel da Nóbrega no Brasil quinhentista foi à defesa do indígena escravizado. Há, naturalmente, contradições e equívocos nos escritos e nas ações de Nóbrega ao lidar com os povos originários do Brasil. Mas, sabe-se muito bem, que a missionação é, ainda hoje, um ato de evangelização extremamente complexo, por envolver mundos espirituais geralmente opostos.

No tempo de Nóbrega estavam na ordem do dia a teoria aristotélica da escravidão natural e a controvérsia entre Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda sobre os indígenas americanos. Certamente, essas polêmicas motivaram Nóbrega a escrever o *Caso da Mesa da Consciência* contra a escravização do indígena brasileiro.

Por fim, embora a catequese jesuítica mereça ser criticada por ter causado a destribalização, não se pode negar que a conquista espiritual dos nativos permitiu salvar parte dos povos originários do Brasil do massacre perpetrado pelos colonos sob os olhos complacentes das autoridades coloniais do império português.

Paulo Roberto Pereira
paulorobertopereira08@gmail.com

Date of submission: 21/07/2025

Date of acceptance: 30/01/2026

